

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de clipping jornalístico online para o monitoramento diário e em tempo real de notícias veiculadas em mídias impressas (jornais e revistas) e eletrônicas (emissoras de TV e rádio, sites, blogs e podcasts).

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Inc. I, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Os serviços pretendidos objetivam auxiliar a Diretoria de Comunicação Social no desempenho de suas funções de planejamento, coordenação e execução da política de comunicação social, bem como informar aos seus dirigentes os assuntos de interesse do Tribunal de Justiça de São Paulo, publicados nos veículos de comunicação.

A presente contratação subsidiará o processo de articulação e implementação de políticas públicas voltadas para o acesso à Justiça paulista. Permitirá o acompanhamento da repercussão das ações e projetos do Tribunal de Justiça de São Paulo nos veículos de comunicação, além de ser fundamental para analisar como a imagem está sendo trabalhada na opinião pública, ajustar possíveis informações e servir de base para ações estratégicas de gestão.

Além das matérias divulgadas em jornais, revistas, emissoras de rádio e TV, blogs e sites de notícias, o serviço deverá disponibilizar relatórios com análises críticas das informações veiculadas, o que permitirá uma avaliação sobre a repercussão da imagem do TJSP. O clipping representa, portanto, uma poderosa ferramenta estratégica para a gestão e o acompanhamento das ações do Judiciário paulista.

- 21 Identificação de elementos necessários à continuidade das atividades em eventual interrupção contratual

A base de dados do conteúdo clipado será transferida pela empresa contratada para o Tribunal de Justiça sem ônus, a qualquer tempo e sempre que solicitado, para arquivamento e pesquisa. A contratada enviará cópia de todos os dados que foram avaliados pelo Tribunal de Justiça, além de outras informações que sejam necessárias para o reaproveitamento dos dados, sendo estes disponibilizados ou não ao público. O formato a ser enviado, a princípio, deverá ser em planilha Excel, formato “xlsx”, onde deverão conter colunas com todos os elementos utilizados nos clippings, tais como: textos, datas, imagens, vídeos, podcasts etc. Elementos que não são possíveis de serem colocados no arquivo “xlsx”, deverão ser referenciados na respectiva planilha, com seu conteúdo (arquivo) devidamente encaminhado em uma pasta na mídia enviada ao Tribunal de Justiça onde estará a planilha Excel.

Em comum acordo entre o Tribunal de Justiça e a contratada, outro formato para envio do conteúdo clipado poderá ser adotado, desde que seja possível sua leitura e reaproveitamento das informações, sem a necessidade de aquisição de algum produto que possa gerar ônus ao Tribunal de Justiça. Além disso, será realizado novo certame para o serviço.

22 Planejamento das atividades de transição e encerramento do contrato

Conforme indicado no item anterior, a base de dados do conteúdo clipado será transferida pela empresa contratada para o Tribunal de Justiça sem ônus, a qualquer tempo e sempre que solicitado, para arquivamento e pesquisa. A contratada enviará cópia de todos os dados que foram avaliados pelo Tribunal de Justiça, além de outras informações que sejam necessárias para o reaproveitamento dos dados, sendo estes disponibilizados ou não ao público. O formato a ser enviado, a princípio, deverá ser em planilha Excel, formato “xlsx”, onde deverão conter colunas com todos os elementos utilizados nos clippings, tais como: textos, datas, imagens, vídeos, podcasts etc. Elementos que não são possíveis de serem colocados no arquivo “xlsx”, deverão ser referenciados na respectiva planilha, com seu conteúdo (arquivo) devidamente encaminhado em uma pasta na mídia enviada ao Tribunal de Justiça onde estará a planilha Excel.

Em comum acordo entre o Tribunal de Justiça e a contratada, outro formato para envio do conteúdo clipado poderá ser adotado, desde que seja possível sua leitura e reaproveitamento das informações, sem a necessidade de aquisição de algum produto que possa gerar ônus ao Tribunal de Justiça. Além disso, será realizado novo certame para o serviço.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Inc. II, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Item PCA nº 367/2026.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (Parágrafo único, art. 11, Lei 14.133/21)

A aquisição pretendida está aderente aos Objetivos do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo 2021-2026, mais diretamente quanto aos objetivos 12 - Aprimorar os processos de trabalhos administrativos e 22 – Aprimorar a comunicação institucional.

5. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO (§ 5º, art. 12, Provimento CSM nº xxx)

O TJSP ainda não disponibilizou catálogo eletrônico de padronização no Portal da Administração.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inc. III, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

O principal requisito a ser atendido pela Contratada será a garantia de que o serviço esteja disponível diariamente, com qualidade e ocorrências mínimas de interrupções ou falhas. Esse quesito é de suma importância, uma vez que seu objetivo é fornecer informações para que a Diretoria de Comunicação Social possa acompanhar a repercussão das ações e projetos do Tribunal de Justiça de São Paulo nos veículos de comunicação e analisar a imagem da instituição e de seus serviços perante a opinião pública.

A Contratada deverá garantir a possibilidade de inclusão e exclusão de palavras-chave a serem monitoradas no clipping jornalístico, para garantir o necessário monitoramento por parte do TJSP, especialmente no que diz respeito aos projetos (que podem ser extintos ou criados ao longo das gestões), bem como menções aos magistrados que ocupam cargos de cúpula e direção.

Para que a Diretoria de Comunicação Social obtenha um panorama nacional e regional da imagem do TJSP se faz necessário o monitoramento dos veículos de imprensa de todo o país indicadas do termo de referência. Assim como é de fundamental importância a análise do conteúdo das matérias (positiva, negativa e neutra) e estatísticas que compreendam informações relacionadas à exposição por mídia (quantidade de matérias, alcance, número estimados de leitores, distribuição da cobertura no estado), por veículo.

7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (Inc.III, art. 18, Lei 14.133/21)

7.1 Local de entrega

O serviço será prestado de forma exclusivamente on-line

7.2 A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços previstos nesta especificação com a disponibilização do sistema imediatamente após o início da vigência do contrato, sendo que o cadastramento e fornecimento das senhas aos(as) funcionários(as) do CONTRATANTE deverá ser feito de forma imediata, no início de sua vigência.

7.3 Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo se dará pelo ateste da nota fiscal eletrônica, já com eventuais cartas de correção, pelo gestor ou fiscal do contrato no sistema informatizado do TJSP, em até 30 dias corridos após seu envio.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO (Inc.III, art. 18, Lei 14.133/21)

O pagamento será realizado em 30 dias corridos a partir do ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo gestor/fiscal do contrato. O recebimento definitivo se dará após o início da prestação do serviço, de acordo com as especificações.

9. GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS (Inc.III, art. 18, Lei 14.133/21)

Não se aplica.

10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO e MODO DE DISPUTA (inc. VIII, art. 18, Lei 14.133/21)

Considerando que o objeto do presente estudo possui padrões de desempenho e qualidade, assim como especificações usuais de mercado, logo, a modalidade de licitação será o Pregão, na forma eletrônica, critério de julgamento menor preço e o modo de disputa aberto.

11. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Inc. IV, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Item	Código	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Qtde
1	55.0440	Contratação de serviço de clipping jornalístico	Mês	1

12. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA (Inc. V, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

12.1 Levantamento de Mercado

12.1.1 - Com o objetivo de subsidiar a contratação de serviços especializados de clipping eletrônico (monitoramento de notícias), foi realizado levantamento de mercado para identificar fornecedores aptos a atender às necessidades do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

12.1.2 - Após amplo debate, a equipe de planejamento chegou à conclusão de que a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de clipping eletrônico, com o desenvolvimento de todos os sistemas necessários para a publicação e análise do conteúdo, mostra-se vantajosa para se atingir a finalidade esperada, com a qualidade e disponibilidade pretendida.

12.1.3 - Essa solução é importante, uma vez que a Diretoria de Comunicação Social conta com quadro enxuto e a equipe está direcionada para o atendimento à imprensa, produção de releases, matérias e conteúdo jornalístico para o site do TJSP, entre outras atividades.

A busca foi conduzida por meio de consultas a:

- a) Sites de empresas prestadoras de serviço de clipping;
- b) Plataformas de contratações públicas anteriores (como Comprasnet, BEC/SP e Painel de Preços do Governo Federal);
- c) Experiências de outros órgãos do Sistema de Justiça e da Administração Pública em geral.

12.1.4 - O levantamento identificou que o mercado dispõe de empresas especializadas na coleta, triagem, categorização e envio de notícias veiculadas em portais, sites jornalísticos, blogs e mídias digitais, em tempo real ou em prazos definidos. As soluções normalmente ofertadas incluem:

- a) Plataforma web personalizada;

- b) Relatórios por e-mail;
- c) Alertas em tempo real;
- d) Ferramentas de busca e arquivamento de conteúdo;
- e) Filtros por tema, veículo, data e tipo de mídia.

12.1.5 - Verificou-se também que a maioria das empresas oferece pacotes escalonáveis, conforme o número de palavras-chave monitoradas, quantidade de usuários e abrangência do clipping (regional, estadual ou nacional).

12.2 - Justificativa Técnica

12.2.1 - A contratação de empresa especializada em clipping eletrônico justifica-se pela necessidade institucional de:

- a) Acompanhar, de forma sistemática e organizada, a imagem do Tribunal de Justiça de São Paulo nos meios de comunicação;
- b) Monitorar notícias relevantes para a atuação do TJSP, identificando matérias que mencionem a instituição, membros, servidores e temas jurídicos de interesse;
- c) Subsidiar a atuação da Assessoria de Comunicação e demais unidades administrativas com informações estratégicas;
- d) Responder tempestivamente a matérias inverídicas ou que demandem posicionamento institucional;
- e) Reduzir a carga de trabalho operacional da equipe de comunicação,

otimizando recursos humanos por meio da automação do monitoramento.

12.2.2 - A solução pretendida deverá garantir a entrega diária de clippings personalizados, com abrangência nacional, categorização temática e disponibilização em formato digital, por meio de plataforma online e envios por e-mail, com suporte técnico adequado.

13. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inc. VI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Em contato com a empresa que atualmente presta o serviço de clipping para o TJSP, foi obtido o valor aproximado da contratação para o período pretendido, de R\$ 105.000,00. Referido valor consta do contrato nº 025/2021, com prorrogação em sétimo termo aditivo, onde foi concedido um desconto de 50% no valor.

14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Inc. VII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de clipping jornalístico online para o monitoramento diário e em tempo real de notícias veiculadas em mídias impressas (jornais e revistas) e eletrônicas (emissoras de TV e rádio, sites, blogs e podcasts).

15. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Inc. VIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A contratação do serviço de clipping jornalístico on-line deve ser realizada de forma global, sem parcelamento, pelas seguintes razões:

15.1 - Indivisibilidade técnica do objeto

O serviço envolve a entrega integrada de plataforma digital, monitoramento em tempo real, envio de newsletters, transcrição de conteúdos de rádio e TV, e disponibilização de relatórios analíticos. A fragmentação comprometeria a continuidade e a padronização do serviço.

15.2 - Risco de incompatibilidade entre fornecedores

A contratação de diferentes empresas para etapas distintas (ex: uma para clipping impresso, outra para rádio/TV) poderia gerar inconsistências na categorização, duplicidade de registros e falhas na integração dos dados, prejudicando a análise institucional.

15.3 - Economia de escala e otimização de recursos

A contratação unificada permite a negociação de pacotes escalonáveis, com melhor custo-benefício, conforme o número de palavras-chave, usuários e abrangência geográfica do monitoramento.

15.4 - Responsabilidade única e gestão contratual simplificada

A centralização do serviço em um único fornecedor facilita o acompanhamento, a aplicação de penalidades e a responsabilização por falhas, conforme previsto no modelo de gestão contratual do TJSP.

16 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Inc. IX, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

16.1- Os serviços pretendidos objetivam auxiliar a Diretoria de Comunicação Social no desempenho de suas funções de planejamento, coordenação e execução da política de comunicação social, bem como informar aos seus dirigentes os assuntos de interesse do Tribunal de Justiça de São Paulo, publicados nos veículos de comunicação.

16.2 - A presente contratação subsidiará o processo de articulação e implementação de políticas públicas voltadas para o acesso à Justiça paulista. Permitirá o acompanhamento da repercussão das ações e projetos do Tribunal de Justiça de São Paulo nos veículos de comunicação, além de ser fundamental para analisar como a imagem está sendo trabalhada na opinião pública, ajustar possíveis informações e servir de base para ações estratégicas de gestão.

16.3- Além das matérias divulgadas em jornais, revistas, emissoras de rádio e TV, blogs e sites de notícias, o serviço deverá disponibilizar relatórios com análises críticas das informações veiculadas, o que permitirá uma avaliação sobre a repercussão da imagem do TJSP. O clipping representa, portanto, uma poderosa ferramenta estratégica para a gestão e o acompanhamento das ações do Judiciário paulista.

17 PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO (Inc. X, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Não se vislumbra nenhuma providência prévia à contratação em tela, na medida em que os recursos humanos e materiais do setor responsável pela comunicação social do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já conduzem a execução do contrato ora em vigor, sendo a nova contratação, na prática, continuação dos serviços atuais.

18 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Inc. XI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para prosseguimento e conclusão da contratação do novo serviço de clipping jornalístico online.

19 IMPACTOS AMBIENTAIS (Inc. XII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Não se aplica.

20. POSSIBILIDADE DE COMPRA OU DE LOCAÇÃO DE BENS (art. 44, Lei 14.133/21)

Não aplicável.

21. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO (art. 15, Lei 14.133/21)

21.1. A participação de empresas em consórcio deverá levar em consideração a complexidade do objeto e as restrições de mercado que levam à impossibilidade de

empresas participarem da licitação isoladamente para atender ao objeto da contratação, tornando a competição reservada a poucas empresas aptas a preencher as condições especiais da licitação. Neste caso, o consórcio visa a ampliar o universo de licitantes permitindo a associação entre os particulares, a fim de possibilitar a soma das capacidades operacionais.

21.2. Considerando que o objeto a ser contratado não se enquadra na hipótese estabelecida no item 21.1, em razão de ser de natureza comum, sem características especiais ou necessidade de esforços operacionais para atender ao objeto, possibilitando assim a ampla participação de empresas, não há necessidade da instituição do consórcio nesta contratação.

22. PLANO DE RISCOS (inc. XIII, art. 2º, Provimento nº 2.724/2023)

O conteúdo do Plano de Riscos encontra-se apartado através do Processo CPA nº 2025/113258.

23. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

23.1. Identificação dos servidores responsáveis pela execução do planejamento da contratação.

Unidade solicitante	SPr 3 – Diretoria de Comunicação social
Secretaria/Diretoria responsável	Secretaria da Presidência
Gestor de Planejamento	Maria Cecilia Abbati dos Santos Coordenadora da SPr 3.1
Equipe de planejamento da contratação	Alexandre de Lima Marcusso – Coordenador da SPr 3.3 Naira Vilma Guimarães Dias – Oficial de Gabinete Judiciário – SPr 3.1.2.1

23.2. Identificação dos servidores responsáveis pela gestão do contrato (art. 72 do Provimento CSM nº 2.724/2023).

Gestor de Contrato	Maria Cecilia Abbati dos Santos Coordenadora da SPr 3.1
Suplente do Gestor do Contrato	Alexandre de Lima Marcusso Coordenador da SPr 3.3

24. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA (Inc. XIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A contratação proporcionará à Diretoria de Comunicação Social os instrumentos necessários ao bom andamento de seus serviços, por meio do acompanhamento de fatos e notícias publicados – uma de suas principais ferramentas de trabalho –, bem como a divulgação das matérias de interesse do Tribunal de Justiça de São Paulo a juízes e desembargadores.

São Paulo, data registrada em sistema.

Alexandre de Lima Marcusso

Coordenador – SPr 3.3